



**III Simpósio Internacional de Gestão de Projetos (III SINGEP)**  
**II Simpósio Internacional de Inovação e Sustentabilidade (II S2IS)**  
ISSN:2317-8302

# **A QUESTÃO AMBIENTAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO COM BASE NOS FUNDAMENTOS DA TEORIA INSTITUCIONAL E DA LEGITIMIDADE ORGANIZACIONAL**

**BERENICE BEATRIZ ROSSNER WBATUBA**

UNISC - Universidade de Santa Cruz do Sul  
bwbatuba@santoangelo.uri.br

**CIDONEA MACHADO DEPONTI**

UNISC - Universidade de Santa Cruz do Sul  
cidonea@unisc.br

**ROSANE MARIA SEIBERT**

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI  
rseibert@santoangelo.uri.br



## III Simpósio Internacional de Gestão de Projetos (III SINGEP) II Simpósio Internacional de Inovação e Sustentabilidade (II S2IS)

### A QUESTÃO AMBIENTAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO COM BASE NOS FUNDAMENTOS DA TEORIA INSTITUCIONAL E DA LEGITIMIDADE ORGANIZACIONAL

#### Resumo

O objetivo do estudo foi abordar a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável à luz da teoria institucional e da legitimidade, utilizando-se da análise empírica em duas empresas da região noroeste do estado do Rio Grande do Sul. A metodologia (Vergara, 2011) constitui-se num estudo exploratório, descritivo e explicativo quanto aos fins; bibliográfico e estudo de caso quanto aos meios, com aplicação de entrevista semiestruturada aos responsáveis pela gestão ambiental nas empresas. Os resultados apontam que, ambas empresas incorporam a questão ambiental na gestão do negócio e primam pelo desenvolvimento sustentável de suas atividades, desenvolvendo medidas de prevenção e recuperação ambiental, embora ocorram mais por exigência legal, de mercado ou por gestão estratégica, caracterizando neste contexto, o poder das instituições (tanto por meio de regras e normas de ordem legal, quanto relacionadas às crenças, costumes e jogo de poder implícito nas relações sociais da própria comunidade em que se inserem) e, a noção do contrato social existente (legitimidade) entre as empresas e a comunidade. Apesar de suas limitações, o trabalho demonstra a importância do estudo das teorias para o conhecimento da evolução humana e análise da questão ambiental e desenvolvimento sustentável nas organizações, porém, a discussão não se esgota aqui.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Sustentável; Questão Ambiental, Teoria Institucional; Teoria da Legitimidade; Gestão Ambiental.

#### Abstract

The aim of the study was to address environmental issues and sustainable development in the light of institutional theory and legitimacy, using the empirical analysis in two companies in the northwestern region of the state of Rio Grande do Sul. Methodology (Vergara, 2011) is If an exploratory, descriptive and explanatory study on ends; literature and case study as to the means, applying semistructured interview those responsible for environmental management in enterprises. The results indicate that both companies incorporate environmental issues in business management and care for the sustainable development of its activities, developing prevention and environmental restoration, although they occur more due to legal requirements, market or strategic management, characterizing this context, the power of institutions (both by rules and norms of the legal order, as related to the beliefs, customs and game implied power in social relations of the community to which they belong) and the notion of the social contract existing (legitimacy) between businesses and the community. Despite its limitations, the study demonstrates the importance of studying the theories to the understanding of human evolution and analysis of environmental issues and sustainable development in organizations, however, the discussion does not end here.

**Keywords:** Sustainable Development, Environmental Issues, Institutional Theory; Legitimacy Theory; Environmental Management.



## III Simpósio Internacional de Gestão de Projetos (III SINGEP) II Simpósio Internacional de Inovação e Sustentabilidade (II S2IS)

### Introdução

A questão ambiental convoca diversos campos do saber a depor e diz respeito ao modo como a sociedade se relaciona com a natureza (Gonçalves, Desiderioi, & Gutierrez, 2006). Atualmente a preocupação com o dano ambiental ultrapassa as fronteiras de um estado que antes agia isoladamente, passando a ser uma preocupação de nível global (Braga, 2009, p.27).

Não menos relevante, o tema desenvolvimento também tem sido a questão central para muitos teóricos ao longo dos tempos e ainda nos dias de hoje se faz fortemente presente no âmbito das mais variadas disciplinas do saber. Diversas são as teorias que buscam compreender ou até mesmo explicar as questões e perspectivas envolvidas no debate central sobre o desenvolvimento, desde as mais clássicas às mais emergentes.

De forma sintetizada pode-se dizer que as teorias econômicas foram utilizadas como fundamentos da teoria sobre desenvolvimento, onde o significado do termo “desenvolvimento” em sua trajetória histórica foi frequentemente associado ao sinônimo de “progresso”- período mais especificamente compreendido entre 1880 e 1920- e de “crescimento econômico do PIB” (Produto Interno Bruto), demarcado pelos os anos de 1940 a 1970. O longo período de expansão do pós-guerra, que se estendeu de 1945 a 1973, teve como base um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico, que pode ser chamado de regime de acumulação fordista-keynesiano, altamente entrópico com uma DIT (Divisão Internacional do Trabalho) clássica, que relacionava o conceito de desenvolvimento a industrialização e urbanização”.

A partir da década de 70 e mais precisamente a contar dos anos 80, o tema desenvolvimento começa a experimentar significados de ordem mais qualitativa, tais como a preocupação com a sustentabilidade do meio ambiente, liberdades individuais, eliminação da pobreza, inclusão social, fortalecimento de regiões, entre outros. Esse período denominando de regime de acumulação flexível ou pós-modernidade/pós-fordismo, busca o desenvolvimento a partir da sustentabilidade (tendo como indicador a qualidade de vida), e com uma nova divisão internacional do trabalho na qual, os países (ou regiões) desenvolvidos, transformavam-se, simultaneamente, nas regiões centrais da organização do trabalho e nos principais mercados, mas deslocalizavam para regiões mais pobres e menos qualificadas as atividades de mão de obra destinadas ao seu próprio mercado (Benko, 1999).

Neste contexto e frente a questão ambiental que ora se impõe, enfatiza-se a necessidade de adaptação por parte das organizações que conduzam a novos caminhos para sua expansão ou tão somente sua própria manutenção no mercado. Há urgência de mudança de paradigma, de visão empresarial, de objetivos, valores e estratégias que conduzam à nova realidade, corretamente ecológica e socialmente justa, e com uma adequada gestão ambiental, capaz de minimizar a influência da incerteza na tomada de decisão e de provocar mudanças nos processos operacionais, que as organizações estarão engajadas efetivamente na questão ambiental (Kramer, 2005) e assim sendo percebidas como legítimas na sociedade (Shocker & Sethi, 1973; O'donovan 2002), confirmando sobretudo a abordagem da teoria institucional em todo esse processo (Veblen,1983; North, 1990; Selznick, 1996).

Em razão do exposto, o estudo procurou responder a seguinte questão: Como se dá a abordagem da questão ambiental e do desenvolvimento sustentável pelas empresas em estudo com base nos fundamentos da teoria institucional e da legitimidade organizacional?

Nesse sentido, o objetivo desse estudo foi abordar a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável à luz dos fundamentos da teoria institucional e da legitimidade,



## III Simpósio Internacional de Gestão de Projetos (III SINGEP) II Simpósio Internacional de Inovação e Sustentabilidade (II S2IS)

utilizando-se da análise empírica em duas empresas de grande porte da Região Noroeste do Rio Grande do Sul.

O artigo segue pela fundamentação teórica após a introdução, onde apresenta conceitos sobre o desenvolvimento sustentável na perspectiva histórica; expõe a evolução da teoria institucional a partir de seus antecedentes, apresentando as diferenças entre o velho e o novo institucionalismo; destaca os conceitos que dão suporte à legitimidade das organizações, bem como, realça o conceito, objetivo e a importância da gestão ambiental. Após apresenta-se a metodologia utilizada para o estudo; os resultados do estudo empírico com as inferências teóricas cabíveis e, por fim, as referências bibliográficas utilizadas no estudo. A preocupação com o desenvolvimento sustentável presente no dia a dia de toda a população, tem forçado às organizações a adotarem um novo estilo de gestão e transparência com seus públicos de interesse, que combine a divulgação da eficiência econômica com a justiça social e a responsabilidade ambiental, caracterizadas pelo contrato social, para que elas sejam percebidas como legítimas na sociedade.

### **Desenvolvimento Sustentável na Perspectiva Histórica**

Apesar do apelo pretensamente universal, não há muito consenso sobre os valores que se abrigam por trás da ideia de desenvolvimento sustentável, pois a própria universalização e aceitação geral dessa ideia carrega, por um lado, a promessa de que os problemas ambientais passaram a ser pauta das grandes prioridades mundiais, por outro lado, traz a sensação que se caiu num vazio de conteúdo e de que nem todas as suas dimensões foram bem apreendidas e preservadas, em especial, o seu elemento contraditório (Souza, 2000).

Até meados do século passado, a preocupação com a questão ambiental não passava de um luxo eletista e uma excentricidade científica em que poucos consideravam os problemas ambientais como objetos importantes de estudo, na qual uma pequena parcela das pessoas comuns sentia significativamente os efeitos da intensificação das atividades econômicas (Souza, 2000).

O grau de consciência e a natureza dos principais problemas ambientais identificados como fonte de preocupação da ordem pública, privada e de movimentos ambientalistas pode ser disposta em quatro fases: fase seminal; fase de massificação; fase de globalização I e fase de globalização II.

A) *Fase seminal: ênfase na conservação dos recursos e natureza existencial e estética do meio ambiente*, a maior parte da população, estava preocupada em desfrutar as promessas de consumo que a sociedade “fordista” proporcionava. Na percepção da maioria das pessoas, cientistas e governo, os problemas ambientais não tinham ainda vinculação direta entre a degradação ambiental, a saúde humana e o bem-estar social, sendo que a identificação de alguns problemas ambientais pelos ativistas e conservacionistas, referiam-se apenas à extinção de espécies, modificação de paisagens, desmatamentos e deterioração de ambientes naturais como possível destinação ao lazer (daí as primeiras políticas públicas no Brasil que tratavam essencialmente do disciplinamento do uso dos recursos naturais, como Código Florestal e das Águas (1934), Código da Pesca (1938), Mineração (1940) e Estatuto da Terra em 1964). Embora alguns intelectuais visionários e precursores dos movimentos ecológicos e conservacionistas já alertassem sobre o uso imprudente do meio ambiente, tais como George Perkins Marsh e Aldo Leopold (Souza, 2000, pp. 51-54);



## III Simpósio Internacional de Gestão de Projetos (III SINGEP) II Simpósio Internacional de Inovação e Sustentabilidade (II S2IS)

*B) Fase de massificação: a degradação ambiental começa a afetar o bem estar das pessoas, que deriva de todos os fatores da fase anterior e inerentes ao modelo de crescimento econômico hegemônico, porém, o problema deixa de ter uma conotação existencial, ética e intangível como na fase anterior e, passa a fazer parte do mundo concreto das pessoas, obviamente, sendo percebido com maior profundidade com relação a poluição: ar, água, solo e espaço urbano, causado por resíduos industriais, agrícolas, lixo e esgoto doméstico) embora ainda de curto prazo e delimitação local. A grande diferenciação diz respeito à emergência da percepção sobre as causas e os efeitos da poluição no ambiente local, bem como, de políticas denominadas de “proteção ambiental” voltadas à minimização desses problemas (Souza2000, p. 54-56);*

*C) Fase de globalização I: o problema ambiental como limite ao crescimento, a década de 1970 representa um marco na forma do mundo compreender a relação do meio ambiente, emergindo como fator de restrição ao modelo de crescimento econômico que se tinha experimentado com tanto sucesso após a II Guerra Mundial (importou em um crescimento de produção e consumo sem precedente no século XX) e, que estava apresentando o efeito colateral da degradação dos recursos naturais a ponto de se tornar insustentável. Nesse ponto, os problemas transcendem as dimensões locais e ganham dimensões internacionais e implicações sobre o futuro do modelo de desenvolvimento econômico baseado na produção e no consumo intensivos (Souza, 2000). O período foi marcado pela percepção da natureza global dos problemas ambientais, pelo início da construção da ideia de que é melhor prevenir do que remediar e de que o tratamento desses problemas deveria fazer parte do planejamento do próprio desenvolvimento. Manifestam-se aí os primeiros eventos que marcam o pensamento da década de 70: a Conferência de Estocolmo (1972); estudos elaborados pelo Clube de Roma (entre 1972 e 1976) e o relatório elaborado pelo conselho ambiental americano em 1980- *Global Report* (Souza, 2000, p.p. 56-65);*

*D) Fase de globalização II: o problema ambiental como risco à humanidade, a degradação dos principais recursos ambientais, passam a ser vistos sob a ótica dos efeitos sobre o equilíbrio dos ecossistemas e sobre a sustentabilidade da própria vida no planeta, buscando então, a partir do início dos anos 1980, alternativas de conciliação entre o desenvolvimento e a preservação ambiental, por meio de duas abordagens e dois conceitos para esta reconciliação entre desenvolvimento e preservação ambiental: o desenvolvimento sustentável (referindo-se à concepção presente no *Relatório Brundtland*- que corresponde ao modelo hegemônico, também chamado de desenvolvimento sustentável de mercado) em contraposição ao ecodesenvolvimento- referindo-se à concepção de desenvolvimento sustentável alternativo (Souza, p.p. 65-68). Assim, as características gerais desta última fase podem ser resumidas em: 1) abordagem da prevenção; 2) desvinculação da ideia de incompatibilidade entre crescimento e preservação ambiental com a incorporação da ideia de que o crescimento nos países pobres é fundamental para a preservação ambiental (contrariando a posição da década de 70); 3) surgimento do conceito de “desenvolvimento sustentável”, representando exatamente o modelo de compatibilidade entre crescimento econômico e preservação; 4) mudança do significado de “problema ambiental”, passando de perigo de esgotamento de recursos naturais para uma abordagem de risco ecológico sistêmico.*



## III Simpósio Internacional de Gestão de Projetos (III SINGEP) II Simpósio Internacional de Inovação e Sustentabilidade (II S2IS)

### **Teoria Institucional**

A Teoria Institucional, para chegar ao que se entende dela nos dias de hoje, vem evoluindo ao longo de muitos séculos e, segundo Veblen (1983) ela passou por vários estágios antes de ser denominada como tal, o que pode ser enquadrado como o velho e o novo institucionalismo. Ao longo de pesquisas constata-se que ela é uma alternativa a Teoria da Racionalidade (Clássica) e a Teoria Neoclássica e deriva de correntes sociológicas e econômicas. Destacam-se como os principais antecedentes, os autores:

- a) no velho institucionalismo- William Stanley Jevons (1835 – 1882); Leon Walras (1834 – 1910); Karl Marx (1818 a 1883); Émile Durkheim (1858 a 1917); Max Weber (1864 a 1920). Jevons e Walras foram autores que discutiram a teoria neoclássica, Marx e Weber foram os autores da teoria das classes sociais e Durkheim falava da coesão social;
- b) no novo institucionalismo- Ronald Coase (1937)- autor da teoria da firma que foi evoluindo e chegou a teoria do custos de transação; Thorstein Veblen (1857 – 1929) – EUA; John R. Commons (1862 – 1945) Ohio – EUA; Wesley C. Mitchel (1874 – 1948) New York – foi aluno de Veblen; além de Ronald Coase (1937) autor da teoria da firma que foi evoluindo e chegou a teoria do custos de transação.

Segundo Veblen (1989) instituições são:

- são qualquer padrão organizado de comportamento coletivo, constitutivo no universo cultural;
- um conjunto de hábitos, costumes e modos de pensar cristalizados em práticas aceitas e incorporadas pela comunidade, passíveis de evoluir e transformar-se;
- Toda a mudança é uma mudança nos hábitos de pensamento e o comportamento humano revelava tendências definidas que terminavam por configurar um padrão de ação coletiva, que, com o tempo, se tornavam instituições.

Para ele, as instituições não eram permanentes e imutáveis, elas acompanhavam o processo de evolução social que se dá ao longo dos tempos (Commons, 1931 e Veblen, 1983)

Nesse sentido, o velho institucionalismo inicia dizendo que a incerteza move o mundo e que as instituições o organizam, criticando fortemente a teoria racional no qual o principal objeto de análise eram as organizações. Buscou estudar os processos dinâmicos e da evolução cultural, negando-se a ser uma teoria econômica da eficiência estática e do equilíbrio de mercado, contrapondo-se ao que dizia a teoria racional.

Desenvolve uma análise econômica baseada no estudo das estruturas, regras e comportamento das instituições. E as instituições econômicas observadas eram: monopólios, o Estado e seus organismos, o crédito, as empresas, os sindicatos, as relações entre empresas e empregados, as leis sociais, o sistema previdenciário e os padrões de distribuição de renda (Veblen, 1989).

Os institucionalistas entraram em aberta polêmica com os economistas ortodoxos, criticando-os por distorcerem a realidade pelo uso de modelos puramente teóricos e matemáticos, não levando em conta o ambiente institucional que envolve a economia. Ele considera a influência, a coalizão e os valores competitivos como aspectos centrais, com ênfase na estrutura informal e de poder de organizações individuais. Ele segue a orientação econômica e política (Zucker, 1987).



## III Simpósio Internacional de Gestão de Projetos (III SINGEP) II Simpósio Internacional de Inovação e Sustentabilidade (II S2IS)

Para os institucionalistas, não é a racionalidade, mas os instintos e os costumes que movem o comportamento econômico, ou seja, não é a competição pelo mercado, mas por riqueza e poder.

Já para o novo institucionalismo o foco da interpretação institucional passou a ser a observação das conexões entre os custos de transação e a teoria das organizações, analisando as relações econômicas que ocorrem nas organizações, ou seja, o objeto de análise é ampliado e abrange as relações organização – ambiente, ele também é inter organizacional e societal e envolve as relações econômicas que ocorrem no universo organizacional, destacando que a atenção está dedicada às instituições econômicas no ambiente das empresas (Williamson, 1985).

A maneira como se posiciona em relação à intervenção governamental na economia é, portanto, o principal fator de distinção entre o velho institucionalismo e o novo. Enquanto a primeira tem uma visão favorável, a segunda, por princípio, tem uma visão contrária à intervenção governamental e aponta dois aspectos que devem ser levados em consideração ao se analisar o desempenho econômico de uma nação: as regras do jogo (correspondem às instituições, tal como, todos os valores, convicções, crenças e regras de conduta aceitos consensualmente por uma sociedade) e a capacidade dos jogadores (corresponde à capacidade dos agentes econômicos se desempenharem na competição do mercado).

North (1990), por sua vez, um dos principais autores ao voltar atrás no radicalismo da incerteza e aceitar a racionalidade, insere a variável da temporalidade para tirar a noção de mundo estático e sem fricções. A temporalidade justifica as mudanças que ocorrem nas instituições e, se não podem explicar todo o resultado econômico das organizações, podem explicar o seu incremento.

Powell e Dimaggio (1990) dizem que o novo institucionalismo, como evolução do velho, tem a influência do construtivismo social. Ele valoriza o cognitivo, enfatiza a legitimidade de conjunto das organizações, ou seja, segue mais a orientação sociológica.

### *Núcleo firme / Paradigmas / Premissas*

North (1990), afirma que as evoluções institucionais são mais importantes que as inovações tecnológicas para o desenvolvimento econômico. Esse mesmo autor e também Selznick (1996) falam que as incertezas movem o mundo e que as instituições o organizam. As instituições suprem falhas de mercado, baixam custos de transação e tornam eficientes os sistemas econômico e político (North, 1990; Selznick, 1996 e Williamson, 1985).

### *Fragmentos do pensamento dos principais autores do velho e do novo institucionalismo*

Para contextualizar o institucionalismo e entender como aconteceu a sua evolução histórica, julga-se importante transcrever a seguir algumas porções do que estes autores diziam à época dos seus escritos.

➤ *Velho Institucionalismo*- Inicia-se pelo autor que foi considerado um dos pioneiros do institucionalismo:

a) Thorstein Veblen (1857 – 1929) – EUA - a partir do seu livro “A teoria da classe ociosa” além de falar da evolução das instituições, também propunha a existência de uma motivação humana que encaminhasse o homem para o autoconhecimento e do seu meio para o progresso social. Rejeitava os postulados e conclusões da teoria econômica convencional, queria uma teoria econômica evolutiva, queria construir uma teoria de processos. Considerava fundamentais duas instituições: A propriedade privada e a tecnologia. Acreditava que a



## III Simpósio Internacional de Gestão de Projetos (III SINGEP) II Simpósio Internacional de Inovação e Sustentabilidade (II S2IS)

economia estava atravessada pela contradição entre o avanço tecnológico e os interesses dos proprietários que buscavam o lucro. Defendia reformas democráticas para distribuição equânime dos bens e da renda. Estava preocupado com custos e benefícios sociais;

**b) John R. Commons (1862 – 1945) Ohio – EUA-** ressalta que a Economia Institucional tem incerteza na definição do que é uma instituição, às vezes significa um conjunto de leis e de direitos naturais sem os quais os indivíduos agiriam como animais. Em outras, é algo adicional ou crítico da economia clássica. Às vezes, ainda, é tudo que se refere a comportamento econômico, ou às vezes é tudo que é dinâmico, tudo que é processo, atitude, gestão e controle.

Para ele, instituição é tudo isso, além de incorporar a visão comunista, anarquista, sindicalista, fascista, cooperativista e o comportamento econômico.

Além desses dois autores, tem se ainda, Wesley C. Mitchel (1874 – 1948)-New York – que foi aluno de Veblen. Inspirados em Darwin e nas teorias evolucionistas afirmavam que o fundamental era captar o movimento e a evolução das instituições.

➤ *Novo Institucionalismo-* North e Selznick são considerados os precursores, embora outros autores defendem essa categorização:

**a) Douglass C. North:** introduz o conceito de incerteza e rejeita a “*rational choice*”, este é o conceito mais fundamental da sua teoria. “Na presença da incerteza e para superar os custos de transação surgem as instituições”; Instituições reduzem incertezas por proverem de uma estrutura a vida diária, propõe uma alternativa à teoria racional para resolver dois principais problemas: - A motivação dos agentes e o problema de decifrar o ambiente.

Introduz a ideologia na análise econômica e diz que ideias, dogmas e ideologias influenciam o processo decisório racional. Numa segunda fase, depois de críticas, propõe reelaborar a teoria racional incorporando a dimensão temporal nas análises do desenvolvimento econômico das sociedades para tirar a concepção de mundo estático e livre de fricções.

Para North, as instituições são as regras do jogo em uma sociedade, mais formalmente, representam os limites estabelecidos pelo homem para disciplinar as interações humanas, que em consequência estruturam os incentivos que atuam nas trocas humanas, sejam elas políticas, sociais ou econômicas.

Como elementos centrais da obra de North encontram-se:

- O direito de propriedade define as regras do jogo (o que é uma inspiração liberal) e estabelece a matriz institucional

- Dependência do percurso- “*path dependence*”, no qual o diferencial na performance econômica ao longo do tempo é fundamentalmente influenciado pelos caminhos percorridos pelas instituições.

**b) Philip Selznick:** defende que o institucionalismo teve uma influência enorme na arte de administrar, ainda que se tenha falhado em alguns problemas centrais da organização e da governança. Chama o institucionalismo de novo paradigma.

O autor afirma que, “No fundo, institucionalização é uma ideia neutra, que pode ser definida como a emergência de padrões socialmente integradores, ordeiros e estáveis a partir de atividades instáveis, frouxamente organizadas e estreitas, tecnicamente”.

Procura demonstrar que as forças ambientais condicionam a ação organizacional e as institucionalizam e vem ligar-se às necessidades de sobrevivência, reconhecimento social e de adaptação aos interesses existentes no ambiente.



## III Simpósio Internacional de Gestão de Projetos (III SINGEP) II Simpósio Internacional de Inovação e Sustentabilidade (II S2IS)

c) Powell e DiMaggio: afirmam que o velho institucionalismo estava circunscrito a uma base local. Etnometodologia e construtivismo social, são considerados fundadores da perspectiva institucional. Dizem que a visão da realidade é construída e analisam as organizações inseridas num setor, campo ou sociedade.

d) William. R. Scott: Nos anos 1940 e 1950 houve a explosão do enfoque orientado para a análise do comportamento do indivíduo. Essa orientação foi responsável pelo enfraquecimento da perspectiva institucional. Ressalta aspectos de convergência entre o velho e o novo institucionalismo.

e) Meyer e Rowan: São da vertente sociológica e afirmam que a Teoria Institucional prevê que a estrutura formal e o sistema de gestão podem seguir padrões originados de crenças, valores e ideias compartilhados, as vezes sem vínculo com resultados obtidos pelas práticas e procedimentos adotados.

f) Geoffrey Hodgson: Salienta que de 1950 a 1970 a corrente principal da economia muda radicalmente para o paradigma neoclássico. Depois disso, o abandono da santíssima trindade na economia (racionalidade, ganância e equilíbrio) geram uma excelente oportunidade para o institucionalismo, porque ele enfatiza a dinâmica, a incerteza e a racionalidade limitada. Ele destaca que as regras da economia mundial abandonam a teoria da interação econômica (década de 1980), por problemas de instabilidade, reforçando a economia institucional, não deixando as conexões mas sim regrido e limitando a interconectividade (Hodgson, 2006).

### **Teoria da Legitimidade**

Todas as organizações gostariam de ser admiradas por seus funcionários, parceiros de negócios, investidores, clientes, fornecedores, governo e sociedade como um todo. Assim, as organizações buscam ser percebidas pelos seus públicos de interesse como legítimas e a fim de seus produtos e serviços serem consumidos (Santana, 2012).

As organizações buscam ter um bom relacionamento com a comunidade de sua inserção, pois este relacionamento é validado pela sociedade, que concederá legitimidade para que continue atuando nesta comunidade (Suchman, 1995). Assim, a ideia central da teoria da legitimidade é de que para a organização existir e continuar operando com sucesso na comunidade em que está inserida, ela tem que agir dentro de limites, que geram credibilidade, os quais a sociedade identifica como comportamento social aceitável (Suchman, 1995; O'donovan, 2002). Ou seja, a legitimidade pode ser definida como uma percepção ou suposição generalizada de que as ações de uma entidade são desejáveis e apropriadas dentro de um sistema socialmente construído de normas, crenças, valores e definições (Suchman, 1995). Se ela não cumprir com o contrato social, pode haver penalidades de natureza econômica, legal ou social (Lindblom, 1994).

Organizações entrantes em um novo setor ou em determinadas necessitam da aceitação de seus produtos e serviços e, por isso devem se esforçar para demonstrar coerência entre a sua dinâmica funcional e os valores culturais daquela comunidade, por meio de uma comunicação persuasiva e eficiente (SUCHMAN, 1995). Manter a legitimidade conquistada pela organização é mais fácil do que ganhar ou reparar, em razão desta legitimidade dificilmente ser reavaliada, pois a percepção do público tende a ser rotineira, a menos que algum fato grave aconteça para mudar a percepção dos *stakeholders* (Suchman, 1995) fazendo-a perder legitimidade (O'donovan, 2002).

As estratégias para reparar, ganhar ou manter a legitimidade, perpassam pela percepção de mudanças futuras e de reações da sua audiência diante dos novos desafios,



## III Simpósio Internacional de Gestão de Projetos (III SINGEP) II Simpósio Internacional de Inovação e Sustentabilidade (II S2IS)

buscando proteger as realizações passadas convertendo a legitimidade percebida eventualmente em contínua, defendendo, reforçando ou aumentando, a sua legitimidade (Lindblom, 1994; Suchman, 1995).

### **Gestão Socioambiental**

O envolvimento cada vez mais intenso das pessoas e das organizações é notório, no sentido de aumentar os seus índices de satisfação em relação aos cuidados com o meio ambiente. Assim, a gestão ambiental torna-se de grande relevância tendo o intuito de mobilização das organizações para se adequar à promoção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo ela encarada como um assunto estratégico, porque além de estimular a qualidade ambiental também possibilita a redução de custos diretos (redução de desperdícios com água, energia e matérias-primas) e indiretos (por exemplo, indenizações por danos ambientais). Por este motivo que, além de colaborar com o meio em que estão inseridas, as empresas ainda podem lucrar mais.

A gestão ambiental é considerada como o sistema que inclui a estrutura organizacional na área de planejamento, responsabilidades, práticas processos e recursos para o desenvolvimento da política socioambiental sendo que, segundo Ferreira (2003), de modo geral o gerenciamento pode ser considerado uma integração de sistemas e de programas organizacionais que podem gerar modificações no setor ambiental.

Na atualidade, a grande preocupação com os recursos naturais como a água, o reflorestamento, a reciclagem entre outros, vem alavancando cada vez mais a gestão ambiental como ferramenta de controle pois “se não houvesse pressões das sociedades e medidas governamentais, não se observaria o crescente envolvimento das empresas em matéria ambiental (Barbieri, 2007, p. 113). Diante deste aparato tem-se a redução e a gestão dos impactos no meio ambiente, devido às operações ou produtos, o cumprimento de leis e de normas ambientais, o desenvolvimento e uso de tecnologias apropriadas para minimizar ou eliminar resíduos industriais, o monitoramento e avaliação dos processos e parâmetros ambientais, dentre outras ações cabíveis a verdadeira gestão ambiental.

O compromisso com o ser humano, de acordo com Braga (2009, p.1), tanto está dentro da empresa, por meio do desenvolvimento profissional dos colaboradores e da melhoria de qualidade de vida destes, como na comunidade, decorrentes dos efeitos provocados pelas suas ações sociais, mudando o comportamento humano dos cidadãos, pois o meio ambiente é um elemento essencial para vida por isso deve ser tratado como um tema transversal de responsabilidade social a ambiental nas empresas, porque envolve, além do próprio meio (visão ecológica), todas as realizações destes com o homem, seja por meio do processo de educação ambiental, de descartabilidade de recursos, de prevenção e de recuperação de impactos, ou decorrentes da própria existência humana e suas relações com o meio ambiente (Braga 2009, p.1).

Deste modo o desenvolvimento sustentável deve considerar, de maneira harmônica, o crescimento econômico, com uma maior percepção dos impactos sociais decorrentes e o equilíbrio ecológico na utilização dos recursos naturais.

Assim, o conceito de desenvolvimento sustentável proferido no Relatório de *Brutland*, de forma resumida, deve integrar os três vetores da sustentabilidade: ambiental, econômico e social.



## III Simpósio Internacional de Gestão de Projetos (III SINGEP) II Simpósio Internacional de Inovação e Sustentabilidade (II S2IS)

Tais vetores da sustentabilidade podem ser visualizados na figura 1 abaixo, adaptada pela *Price Waterhouse Coopers*).



Figura 1- Triple Bottom Line  
Fonte: Adaptada pela Price Waterhouse Coopers (2003)

Meyer (2000) enfoca que, sob esta ótica, o conceito de desenvolvimento sustentável apresenta pontos básicos que devem considerar, de maneira harmônica, o crescimento econômico, uma maior percepção com impactos sociais decorrentes e o equilíbrio ecológico na utilização dos recursos naturais.

### Metodologia

O estudo seguiu a metodologia proposta pela tipologia que classifica a pesquisa quanto aos fins em: a) Exploratória, pois pretendeu atingir uma área na qual há pouco conhecimento acumulado; b) Descritiva, porque descreveu as medidas adotadas e os resultados encontrados pelas empresas em estudo com apreciação dos processos de prevenção e recuperação do meio ambiente e, c) Explicativa – porque explicou como as referidas empresas vêm tratando a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável frente aos seus públicos de interesse, a fim de serem percebidas como legítimas pela sociedade, bem como, destacando a influência da teoria institucional nesse processo (Vergara, 2011).

Quanto aos meios a pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e estudo de caso, por analisar empiricamente duas empresas da região Noroeste do Rio Grande do Sul.

A obtenção de dados e informações foram coletadas através entrevistas semiestruturadas e aplicadas pela pesquisadora aos gestores responsáveis pela gestão ambiental das empresas.

Os dados foram tratados de forma qualitativa, analisados os resultados obtidos através das entrevistas, por meio da análise de conteúdo, com a finalidade de apresentar como as referidas empresas vêm tratando a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável frente aos seus públicos de interesse, à luz dos fundamentos da teoria institucional e da legitimidade.

### Análise dos Resultados

Apresenta-se inicialmente a identificação das organizações objeto do estudo empírico, seguido da análise dos resultados com base nos dados obtidos por meio da aplicação de entrevista semiestruturada aos gestores responsáveis pela questão ambiental nas duas



## III Simpósio Internacional de Gestão de Projetos (III SINGEP) II Simpósio Internacional de Inovação e Sustentabilidade (II S2IS)

empresas, a fim de verificar como elas vêm tratando a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável frente aos seus públicos de interesse, sob a ótica da teoria da legitimidade (Suchman, 1995) e da teoria institucional (Veblen, 1983; Scott, 1987; North, 1990; Selznick, 1996; Williamson, 1996).

A pesquisa foi realizada em duas empresas localizadas na região Noroeste do Rio Grande do Sul e por questões éticas elas serão denominadas de empresa “X” e empresa “Y”.

EMPRESA X - é uma sociedade anônima que atua na área de Alimentos e Bebidas cuja forma de controle de capital também é essencialmente nacional e de caráter privado.

EMPRESA Y - é uma sociedade limitada especializada na fundição de ferro (cimento e nodular) e usinagem, com mercado fortemente atuante tanto a nível regional quanto nacional, com controle de capital nacional e de caráter privado.

Para melhor compreensão e análise, os resultados do estudo serão apresentados de acordo com o foco das questões aplicadas aos sujeitos da pesquisa, contendo as respostas das empresas que constituíram a amostragem deste estudo. Dessa forma, os resultados serão subdivididos em 3 itens, a saber: ações relacionadas à gestão ambiental; aspectos legais; ações ambientais desenvolvidas para a comunidade.

### ✓ *Ações relacionadas à gestão ambiental*

O foco principal dessas questões fora a gestão ambiental, no que se refere às medidas relacionadas a conservação ambiental, a política ambiental e gestão de metas ambientais, bem como, o desenvolvimento ou não de treinamentos voltados a conscientização e alcance de metas ambientais.

Diante dos questionamentos aplicados, ambas as empresas afirmaram possuir alguma medida relacionada a gestão ambiental e que tais medidas são adotadas devido à exigência legal e medida de gestão estratégica, o que corrobora com a abordagem institucionalista (as instituições são as regras do jogo- North (1990); salientando-se que a empresa “Y” ainda, relacionou a existência de medidas devido a exigência (necessidade) do mercado consumidor e justificou que com o crescente aumento da concorrência entre as empresas, torna-se cada vez mais essencial que os gestores desenvolvam medidas estratégicas para conquistar novos clientes, uma delas está relacionada com a questão ambiental, por se tratar de um tema novo, torna-se um diferencial agregador de valor para as empresas. Destarte, a empresa “Y” trata os resíduos produzidos nos processos produtivos, seguindo rigorosamente as normas de controle nacional e internacional. Um exemplo citado pelo gestor é a areia descartada na fundição, considerado um dos maiores problemas na geração de resíduos sólidos, onde vem desenvolvendo projetos alternativos para a reutilização desta areia, como matéria prima para construção de pavimentos (blocos) de concreto que são comercializados.

Com relação a possuir políticas ambientais ambas possuem políticas formais, expondo e declarando os seus princípios e intenções em relação ao seu desempenho ambiental e as metas as quais desejam atingir em relação à preservação ambiental. As empresas informaram ainda, que possuem programas de treinamento para a conscientização e o alcance das metas ambientais, tais como palestras relacionadas a questão ambiental, abordando a correta utilização dos recursos naturais, assim como treinamentos realizados sobre a coleta seletiva do lixo e reciclagem oferecidos especificamente para os funcionários, pois entendem que os mesmos devem possuir consciência dos danos que alguns processos de fabricação dos produtos podem causar, prejudicando em grande escala o meio ambiente.



## III Simpósio Internacional de Gestão de Projetos (III SINGEP) II Simpósio Internacional de Inovação e Sustentabilidade (II S2IS)

Afirmam fazer tanto o tratamento primário quanto secundário de seus resíduos decorrentes de processos produtivos, sejam eles resíduos líquidos, sólidos ou gasosos, sendo que a empresa “Y” utiliza-se da classificação de seus resíduos e quando tecnicamente viáveis, os resíduos são transformados em produtos comercializáveis, ou matérias primas a serem usadas como insumos em outros processos de produção, enquanto que os resíduos não recicláveis são corretamente destinados ou tratados, conforme exigências legais. A Empresa “X” possui soluções para o tratamento de efluentes e sistemas de produção que preservam os recursos naturais. Tanto o plástico como o vidro que a empresa utiliza para acondicionar seus produtos, são recicláveis, além disso, promove projetos direcionados para redução da geração de seus resíduos, como por exemplo, a iniciativa de diminuição da gramatura de embalagens pet e das tampas de garrafas, representando uma significativa diminuição do uso do plástico.

### ✓ *Aspectos Legais*

Neste item o foco das questões aplicadas fora verificar as ações das empresas em relação ao aspecto legal da questão ambiental. Nesse sentido constatou-se que ambas as empresas possuem certificação ambiental e geralmente referem-se à Série ISO 14000, a qual padroniza os processos de fabricação. A empresa “Y” informou que possui certificação de 5 a 10 anos e que os resultados alcançados após a certificação da Série ISO 14000, fora a melhoria no desempenho operacional, reduzindo o consumo de água e de energia e também um gerenciamento de resíduos, além de uma melhoria nos negócios. Já a empresa “X”, possui certificação de 2 a 5 anos e, que o principal resultado alcançado foi na área organizacional, o que engloba a estruturação de uma política ambiental interna, planejamento, prevenção, comunicação, conscientização e comprometimento, além de uma melhoria também no desempenho operacional.

O estudo buscou investigar a responsabilidade na gestão ambiental e verificou que nas duas empresas essa responsabilidade é formal e declarada sendo que na empresa “Y”, a área corporativa que responde pela gestão ambiental é a de Recursos Humanos, já na empresa “X”, essa responsabilidade se dá através de um Sistema de Gestão Integrada, porém, todos os gestores e funcionários devem possuir conhecimento sobre o tema, para que assim todos colaborem com o desenvolvimento sustentável em cada uma de suas áreas.

Averiguou-se também, que os impactos ambientais provocados pelas atividades são conhecidos pela alta administração de maneira documentada em ambas as empresas, o que é muito importante, pois os gestores devem ter a consciência dos efeitos que suas atividades operacionais causam ao meio ambiente. Assim, quando reconhecidos os impactos ambientais estes se referem a todos os processos, no caso da empresa “Y” enquanto que para a empresa “X” tais impactos se referem apenas aos processos produtivos.

### ✓ *Ações Ambientais Desenvolvidas para a Comunidade*

Neste item buscou-se identificar se as empresas promovem ações ambientais para a comunidade em que estão inseridas e de que forma o fazem. A empresa “Y” disse promover poucos projetos nesse sentido mas que vê a urgência por parte da comunidade para esta demanda, mas já a Empresa “X” respondeu que promove e que não poupa investimentos para levar qualidade de vida à população. Promovem projetos que visam habilitar a comunidade e desenvolver práticas ambientalmente sustentáveis. São iniciativas à capacitação de jovens, empreendedores, clientes e funcionários, além de diversas outras oportunidades. A empresa participa desde o ano de 2003 do “Projeto Pescar”, onde jovens são capacitados em vendas e



## III Simpósio Internacional de Gestão de Projetos (III SINGEP) II Simpósio Internacional de Inovação e Sustentabilidade (II S2IS)

atendimento ao cliente e, além de formação voltada à cidadania com conteúdo sobre saúde, meio-ambiente e ecologia, comunicação, autoestima, ética, criatividade, estrutura e planejamento familiar, ambiente de trabalho, direitos e deveres.

### **Considerações Finais**

Este trabalho foi desenvolvido com o intuito de analisar como duas empresas de grande porte da região Noroeste do Rio Grande do Sul/RS, estão abordando a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável para serem percebidas como cumpridoras do contrato social à luz da teoria institucional e da legitimidade.

Na intenção de atingir o objetivo proposto foi realizada uma breve revisão histórica acerca da temática do desenvolvimento sustentável, da Teoria Institucional (Veblen, 1983; Scott, 1987; North, 1990; Selznick, 1996; Williamson, 1996), da teoria da legitimidade (Suchman, 1995; O'donovan, 2002), e da gestão ambiental.

Para o desenvolvimento do estudo empírico foram feitas entrevistas aos gestores responsáveis pela questão ambiental nas duas empresas. Com base nos resultados obtidos na análise do instrumento de pesquisa, pode-se perceber que as empresas questionadas desenvolvem medidas relacionadas à questão ambiental por motivo de exigência legal, de gestão estratégica e, por exigências do mercado consumidor, o que confirma a fala de Barbieri (2207, p.113), “se não houvesse pressões da sociedade e medidas governamentais, não se observaria o crescente envolvimento das empresas em matéria ambiental.

As empresas possuem políticas ambientais definidas com clara gestão de metas, utilizando-se de treinamentos internos para seus funcionários com objetivos de atingir as metas ambientais traçadas. Ambas as empresas possuem certificação da Série ISO 14000 e demonstraram que obtiveram resultados positivos depois desta certificação, melhorando o desempenho operacional e aumentando a rentabilidade de seus negócios.

De igual forma, ambas as empresas trabalham para a redução dos impactos ambientais causados pelos seus processos produtivos, possuindo meios para o tratamento de seus resíduos e até mesmo quando tecnicamente possível, transformando-os em produtos comercializáveis para a geração de receita ambiental ou reciclando materiais que se jogados no ambiente sem a correta destinação e tratamento, causariam danos ao meio ambiente. Porém, observa-se que apesar das empresas desenvolverem ações sustentáveis destinadas à redução, minimização ou recuperação dos impactos causados pelos resíduos de seus processos produtivos, estas ações são resultado das instituições, mais formalmente, representam os limites estabelecidos pelo homem para disciplinar as interações humanas, que em consequência estruturam os incentivos que atuam nas trocas humanas, sejam elas políticas, sociais ou econômicas (North, 1990).

A incerteza presente no dia a dia das organizações é fato e tem influência na tomada de decisão assim como nos seus resultados, restando claro que as instituições têm papel de regular ou de organizar as relações no ambiente social, econômico e político até hoje. As instituições são elementos determinantes para o entendimento da realidade organizacional, inter organizacional e societal como preconiza o novo institucionalismo.

Realizar uma análise baseada na abordagem institucional e do jogo de poder implícito é tentar descobrir que elementos na sociedade detêm mais poder e influência neste momento e que grupo, ou grupos de interesse se beneficiaram mais com ditas circunstâncias. Na abordagem institucional a reflexão sobre as relações entre as organizações e seus ambientes deixa de lado as influências do poder nas demandas do ambiente (seja em produtos ou



## III Simpósio Internacional de Gestão de Projetos (III SINGEP) II Simpósio Internacional de Inovação e Sustentabilidade (II S2IS)

processos) dando maior prioridade ao ambiente em sua função indutora de “material cultural” para a gestão das organizações. Para esta corrente analítica, a noção chave é a legitimidade. Os ambientes criam novos elementos organizacionais transformando-os em necessidades das organizações, considerando-as, posteriormente, mais legitimadas que as outras (Meyer & Rowan, 1977).

Nesse sentido, a necessidade de fornecer informações cada vez mais detalhadas, precisas e adequadas, tanto para auxiliar o gestor na tomada de decisão, quanto para os investidores, sócios e principalmente consumidores, é cada vez mais presente, e de fundamental relevância para manter e ampliar a legitimidade conquistada por estas empresas. Por isso, devem se esforçar para demonstrar coerência entre a sua dinâmica funcional e os valores culturais daquela comunidade, por meio de uma comunicação persuasiva e eficiente (Suchman, 1995)

A teoria institucional, ao reacender as relações das tradições sociológicas-Weber e Durkheim- a partir da retomada de elementos esquecidos como legitimidade, revigora o poder explicativo da teoria organizacional. As transformações do mundo atual, caracterizadas por fenômenos como as fusões, aquisições e expansão da ação de grandes corporações em países em desenvolvimento; revoluções tecnológicas e renovação das práticas de gestão, não podem ser explicadas a partir de orientações puramente racionalistas, negligenciando as dimensões socioculturais. Daí a contribuição da teoria institucional que recoloca no espaço organizacional diferentes racionalidades que vão além da racionalidade limitada e absolutizada pelas teorias advindas da economia clássica.

Da mesma forma que as organizações estão desenvolvendo estratégias globalizadas, os estados e instituições formadoras de agentes para atuarem nesses ambientes, também vêm atuando cada vez mais interligados e compartilhando, de forma mais intensa, valores sobre questões cruciais na estruturação das atividades de produção, lazer, conhecimento. Assim, os valores, crenças, costumes entre outros, compartilhados no ambiente a compor a análise das organizações, eliminando o espaço para explicações não científicas, onde as abordagens tradicionais não conseguiam dar resposta.

No que se refere aos instrumentos ambientais utilizados pelas empresas analisadas, conclui-se que elas ainda encontram-se numa linha “conservadora” de desenvolvimento sustentável, preconizada pelo “*mainstream*”, necessitando aprimorar não só os instrumentos e as práticas relacionadas à questão ambiental como também na formação do pensamento coletivo de sensibilização e conscientização acerca das questões ambientais, para afirmar constantemente sua legitimidade perante a sociedade.

Por fim, este trabalho apesar de suas limitações, serviu para demonstrar a importância do estudo das teorias para o conhecimento da evolução humana e análise da questão ambiental e desenvolvimento sustentável nas organizações, mas certamente essa discussão não se esgota nestas poucas páginas.

### Referências Bibliográficas

- Barbieri, J. C. (2007). *Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos*. São Paulo: Saraiva.
- Benko, Georges (1999) *A Ciência Regional*. Lisboa: Celta Editora- Oeiras.
- Braga, C. (2009). *Contabilidade Ambiental: Ferramenta para a Gestão da Sustentabilidade*. São Paulo: Atlas.



## III Simpósio Internacional de Gestão de Projetos (III SINGEP) II Simpósio Internacional de Inovação e Sustentabilidade (II S2IS)

- Commons, John R. (1931). *Institutional Economics*. American Economic Review. Vol. 21. Pittsburgh.
- Coopers, P. W. (2003). *Integral Business: integrando sustentabilidade e estratégia de negócios*. São Paulo: Atlas.
- Dimaggio, P. J.; Powell, W. W. (1983). *The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields*. American Sociological Review, v. 48.
- Gonçalves, A., Desiderioi, A., & Guttierrez, G. L. (2006). *A Responsabilidade Social das Empresas*. ORG & DEMO, V.7 N 1/2- Jan-Jun; Jul-Dez.
- Hodgson, Geoffrey M. (2006) *What are institutions?* Journal of Economic Issues. Vol. XL n 1.
- Kraemer, M. P. (07 de 2005). <http://www.gestiopoli.com/canales5/fin/resocial.htm>. Acesso em 05 de 10 de 2012
- Lindblom, C. (1994). The implications of organizational legitimacy for corporate social performance and disclosure. *Critical Perspectives on Accounting Conference*, s/n.
- Meyer, M. (2000). Gestão ambiental no setor mineral: um estudo de caso. *Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção)*. Florianópolis, Santa Catarina, RS.
- Meyer, J. W.; Rowan, B. (1977) *Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony*. American Journal of Sociology, v. 83, p. 340-363.
- North, Douglass C. (1990). *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University, 1990.
- O'Donovan, G. (2002). Environmental disclosures in the annual report: Extending the applicability and predictive power of legitimacy theory. *Accounting, auditing and accountability Journal*, 344-371.
- Powell, W. W.; Dimaggio P. J. (1990). *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago: University of Chicago, 1990.
- Santana, A. (2012). Three Elements of Stakeholder Legitimacy. *J. Bus Ethics*, 257-265.
- Scott, W. R. (1987). The adolescence of institutional theory. *Administrative Science Quarterly*, v. 32, p. 493-511.
- Selznick, P. (1996). *Institutionalism "Old" and "New"*. *Administrative Science Quarterly*. v. 41, n. 2, p. 270-277.
- Shoher, A., & Prakash Sethi, S. (1973). " An approach to incorporating societal preferences in developing corporate action strategies". *California Management Review*, 97-105.
- Souza, Renato Santos de. (2000). *Entendendo a questão ambiental: temas de economia, política e gestão do meio ambiente*. Santa Cruz do Sul, EDUNISC.
- Suchman, M. (1995). "Managing Legitimacy: Strategic and Institutional Approaches". *Academy of Management Review*, 571-610.
- Veblen, Thorstein. (1983). *A teoria da classe ociosa*. São Paulo: Abril Cultural.
- Vergara, S. C. (2011). *Projetos e Relatórios em Administração*. São Paulo: Atlas.
- Wiseman, J. (1982). " An evaluation of environmental disclosures made in corporate Annual Reports Accounting". *Organizations and Society*, 53-63.
- Williamson, Oliver E. (1996). *La naturaliza de la empresa*. Mexico: Fondo de Cultura Economica. 6.
- Zucker, L. G. (1987). *Institutional theories of organization*. *Annual Review of Sociology*, v. 13, p.p. 443-464.